



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO N._____, DE 2021

(Da Sra. Erika Kokay e do Sr. Leonardo Monteiro)

Requer a realização de audiência pública em conjunto com as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa do Serviço Público; em Defesa da Soberania Nacional; em Defesa dos Correios; em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro; e em Defesa da Petrobrás, para discutir os impactos das privatizações, a precarização dos direitos da classe trabalhadora e o fechamento de postos de trabalho.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos à Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública em conjunto com as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa do Serviço Público; em Defesa da Soberania Nacional; em Defesa dos Correios; e em Defesa da Petrobrás, para discutir os impactos das privatizações, a precarização dos direitos da classe trabalhadora e o fechamento de postos de trabalho. Para tanto, solicitamos sejam convidados(as), dentre outros(as):

- I- Coordenador(a) da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público;
- II- Coordenador(a) da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Soberania Nacional;
- III- Coordenador(a) da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Correios;
- IV- Coordenador(a) da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro;
- V- Coordenador(a) da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobrás;

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215895607700>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

VI- Representante dos(as) empregados(as) da Petrobras Biocombustível S.A. – PBIO;

VII- Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares – FENTECT;

VIII- Representante do Coletivo Nacional dos(as) Eletricitários(as) – CNE;

IX- Ary Girota, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da purificação e distribuição de água e em serviços de esgotos de Niterói e Região (Sindágua-RJ);

X - Rita Serrano, coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

JUSTIFICAÇÃO

No curto período 2020/2021, o governo federal incluiu mais de 200 projetos no Programa de Parceria de Investimentos (PPI), por meio do qual são feitas concessões, privatizações e parcerias com o setor privado para obras e serviços públicos. É sabido que tais processos foram acelerados, em muitos casos desrespeitando etapas, estudos de impacto e demais procedimentos legais necessários para viabilizá-los. Ademais, não passaram pela devida escuta da sociedade.

Entre os projetos que estão em andamento, citamos a privatização da Eletrobras, Casa da Moeda, Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Correios, Telebras, Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e a venda de participações acionárias da Infraero.

As representações sindicais que defendem os direitos dos(as) trabalhadores(as) ligados a essas empresas, além de lutar contra a própria privatização, dado os fatos históricos de desrespeito de direitos, lutam também para assegurar a manutenção dos postos de trabalho, seja pela incorporação e/ou realocação em outras unidades da empresa para os empregados que assim desejarem, ou ainda pela possibilidade de cessão para outros órgãos ou empresas estatais.



* C D 2 1 5 8 9 5 6 0 7 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

De forma inequívoca, qualquer processo de privatização, fusão, extinção e outorga de empresas públicas, sociedades de economia mista e outras, não pode ser levado adiante alijado do amplo e profundo debate com o conjunto de trabalhadores(as) e com a sociedade em geral. Do contrário, configura ato irresponsável e altamente lesivo que pode resultar em consequências potencialmente danosas ao patrimônio público, além de comprometer a soberania, a segurança e a economia nacionais, isto sem falar que essas medidas ameaçam de forma ainda mais drástica a qualidade dos serviços públicos prestados aos(as) cidadãos(ãs).

Em tal contexto de graves retrocessos sociais e econômicos as medidas ora adotadas pelo governo federal, o presente Requerimento propõe a realização de audiência pública em conjunto com as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa do Serviço Público; em Defesa da Soberania Nacional; em Defesa dos Correios; em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro; e em Defesa da Petrobrás, para discutir os impactos das privatizações, a precarização dos direitos da classe trabalhadora e o fechamento de postos de trabalho, motivo pelo qual solicitamos o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em 12 de novembro de 2021.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF** Deputado **LEONARDO MONTEIRO – PT/MG**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215895607700>



* C D 2 1 5 8 9 5 6 0 7 7 0 0 *



Requerimento (Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública em conjunto com as Frentes Parlamentares Mistas em Defesa do Serviço Público; em Defesa da Soberania Nacional; em Defesa dos Correios; em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro; e em Defesa da Petrobrás, para discutir os impactos das privatizações, a precarização dos direitos da classe trabalhadora e o fechamento de postos de trabalho.

Assinaram eletronicamente o documento CD215895607700, nesta ordem:

- 1 Dep. Erika Kokay (PT/DF)
- 2 Dep. Leonardo Monteiro (PT/MG)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Erika Kokay e outros
Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215895607700>